

UMA INTERROGAÇÃO ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE A
FILOSOFIA E AS MULHERES NA UNIVERSIDADE

A QUESTION ABOUT THE RELATIONSHIP BETWEEN
PHILOSOPHY AND WOMEN AT THE UNIVERSITY

Megue Magalhães de Andrade¹
Pedro Erginaldo Gontijo²

Recebido em: 07/2020
Aprovado em: 08/2020

Resumo: O presente texto tem o objetivo de traçar um panorama a respeito da incidência da perspectiva de gênero no ensino de filosofia na graduação em universidades públicas brasileiras. Para isto, foi realizado um levantamento de programas de ensino de disciplinas dos cursos de filosofia de 15 universidades públicas brasileiras. Criamos 04 categorias para a análise desses programas de disciplinas, que se desenvolvem sobre os seguintes eixos: a interrogação sobre o ensino/apresentação das filólogas; sobre o ensino/apresentação de temáticas trabalhadas pela filosofia feminista na história - tanto como tema central como secundário nos conteúdos programáticos - e sobre referências bibliográficas recomendadas nesses programas que contemplem trabalhos filosóficos e científicos de mulheres. A nossa conclusão é de que a área da filosofia ainda se apresenta resistente ao estudo ou mesmo leitura da produção filosófica realizada por mulheres. O discurso filosófico consolidado na academia tem se reproduzido, na maioria das vezes, por uma fala eminentemente masculina, disposto a pensar o mundo indiferente à participação das mulheres. Sugerimos que a maneira como se estrutura e se organiza este saber – como abstrato, universal e neutro – dificulta a entrada das questões de gênero no debate filosófico oficial.

Palavras-chave: Filosofia. Mulheres. Currículo.

Abstract: This paper aims to outline the incidence of the gender perspective in the teaching of philosophy at undergraduate courses in Brazilian public universities. For this, we surveyed teaching programs in the subjects of philosophy courses of 15 universities. We created 04 categories for the analysis of these discipline programs, which develop on the following axes: the question about the teaching/presentation of women philosophers; on the teaching/presentation of themes worked by feminist philosophy in history - both as a central and secondary theme in the programmatic contents - and on bibliographic references recommended in these programs that contemplate philosophical and scientific women works. We conclude that the area of philosophy is still resistant to the study or even reading of the philosophical production performed by women. The philosophical discourse consolidated in academia has been reproduced, in most times, by an eminently masculine speech, willing to think the world indifferent to the participation of women. We suggest that the way this knowledge is structured and organized - as abstract, universal, and neutral - makes it difficult for

¹ Titulação acadêmica: Mestrado em Metafísica – UnB/ Doutoranda em Metafísica- UnB. Filiação Institucional: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. E-mail: megue3andrade@gmail.com

² Titulação acadêmica: Doutorado em Educação – Unicamp. Filiação Institucional: Programa de Pós-Graduação em Metafísica/ Universidade de Brasília. E-mail: pgontijo@unb.br

gender issues to enter the official philosophical debate.

Keywords: Philosophy. Women. Curriculum.

Introdução

Apesar do acentuado crescimento no acesso da mulher ao ensino superior do país nas últimas décadas, é possível ainda verificar a reprodução de assimetrias do plano social no campo acadêmico. Não apenas nos aspectos teórico-metodológicos como também na própria produção e transmissão de conhecimento (COSTA E SADENBERG, 1994). Estas autoras também nos lembram que apesar da disseminação das teorias de gênero nas universidades brasileiras, principalmente desde os anos 1980, estes estudos ainda não estariam inteiramente consolidados, encontrando resistências em estratos da comunidade científica. Podemos exemplificar esta afirmação com a persistente “sexualização” de alguns cursos e áreas de conhecimento³.

Em relação aos cursos de formação de professores, uma área majoritariamente ocupada por mulheres⁴, todas as licenciaturas da área de humanas têm uma maioria significativa de mulheres entre seu corpo docente. Segundo os dados do Enade 2017, a área de licenciatura em filosofia na modalidade presencial⁵ foi representada por uma maioria masculina de 66,8% do total de alunos - número que se acentuava ainda mais no bacharelado, com 73,9%. Tal disparidade de gênero também se salienta entre os pesquisadores que lideram grupos de pesquisa de filosofia cadastrados no CNPq. No grupo das ciências humanas, a área de filosofia apresentava a maior disparidade, com 79% de liderança masculina contra 21% feminina. Por outro lado, cursos como sociologia apresentava paridade de 50%, educação e psicologia uma predominância feminina de 66% (BARRETO, 2014).

E quando nos deparamos com os números referentes à participação feminina na pós-graduação em filosofia no país, verificamos uma drástica diminuição de mulheres ao longo da

³As mulheres aparecem como maioria em áreas de menos prestígio social e econômico, as quais são associadas a certa concepção de cuidado e reprodução, como educação e saúde, assim como nas humanidades e ciências sociais. Por outro lado, são minoria em cursos marcados pela ‘racionalidade lógica’, como engenharia mecânica, naval e aeroespacial (com presença inferior a 10%) e alguns cursos da área de exatas. Se observamos também a baixa ocupação de mulheres em posições de direção acadêmica, liderança em grupos de pesquisa, beneficiárias de bolsas de produtividade da CAPES e mesmo entre docentes nas universidades, constatamos neste espaço a configuração de uma estrutura de poder ainda baseada nas normas do gênero. (BARRETO, 2014).

⁴De acordo com o Censo da Educação Superior de 2017, as mulheres representavam 70,6% dos matriculados em cursos de licenciatura no país.

⁵As mulheres representaram a maioria nos cursos de licenciatura em filosofia na modalidade educação à distância com 52,0%.

carreira. De acordo com Carolina Araújo, acerca da participação de mulheres na Pós-graduação em filosofia no Brasil, uma mulher tem 40% das chances de um homem de progredir na carreira (ARAÚJO, 2016).

A realização deste trabalho parte da hipótese da existência de mecanismos de resistência da filosofia na graduação em assumir as questões de gênero como problemas de interesse filosófico ou reconhecer a contribuição das mulheres nesta tradição de pensamento. Sugerimos – sem ignorar outras variáveis que atuam para a escolha da abordagem teórico-metodológica assumida pelo professor da educação básica – que a formação universitária em filosofia concorre para que os currículos e as aulas de filosofia no ensino médio também tendam a reproduzir o cânone consagrado, sem repercutir as inúmeras críticas ou problematizações a ele, enquanto também parte da construção do pensar filosófico.

Se existem fortes indícios de que as representações sociais de gênero e os estereótipos e preconceitos relacionados a elas sustentam, em grande parte, a configuração universitária ainda hoje, (BARRETO, 2014; BLAY, 2006; SOTERO, 2013 e muitas outras), então, é necessário que se invista também em ações concretas de enfrentamento dessas desigualdades. Costa e Sardenberg ressaltam que as normas de gênero não agem apenas em nível simbólico e conceitual, elas também se manifestam “no cotidiano das práticas científicas e da vida acadêmica, sendo, portanto, reproduzidas em todos os níveis e desdobramentos da produção e transmissão dos 'saberes científicos'” (COSTA e SARDENBERG, 1994, p. 397). Dessa maneira, além do engajamento teórico com a temática, reivindicam-se investigações que deem conta de oferecer mapeamentos diversos e constantes sobre a situação da mulher nas universidades: sobre as condições que determinam as formas variadas de seu acesso, levando em conta a progressão na carreira, a sua distribuição entre os cursos e níveis institucionais. As autoras defendem a necessidade de que se avalie e acompanhe, de maneira abrangente, tanto os níveis de inserção e disseminação das teorias de gênero como também a configuração estrutural da academia em função de cursos, campos de estudo e áreas temáticas, como acontece em outras partes do mundo.

Assim, este trabalho insere-se neste horizonte de pesquisas, que avançam no contexto brasileiro, de interrogação e problematização acerca da ausência das mulheres na produção filosófica. A proposta é levantar elementos que ajudem na compreensão/visualização de como as desigualdades de gênero estão articuladas à atividade de ensino e produção filosófica.

Estudo sobre a visibilidade da produção intelectual das mulheres nos cursos de filosofia

A baixa participação de mulheres nos cursos de formação em filosofia e divulgação de seus trabalhos ganhou a atenção da comunidade filosófica internacional nos últimos anos. Em 2011, a *British Philosophical Association* em conjunto com a *Society for Women in Philosophy* (UK) divulgou um relatório sobre a presença das mulheres nessa área profissional. O propósito do estudo foi constituir-se como ferramenta para a visibilização das desigualdades de gênero refletidas na carreira acadêmica em filosofia, reconhecendo-as como problema de relevância a ser enfrentado pelos departamentos no Reino Unido. Este estudo inspirou-se em experiências já desenvolvidas em outros países, como Estados Unidos e Austrália (BEEBEE e SAUL, 2011).

A título de exemplo, temos as associações acadêmicas de filosofia, como a *Australasian Association of Philosophy*⁶, que, em 2008, encomendou o projeto *Improving the Participation of Women in the Philosophy*, e a *American Philosophical Association* (APA), que, por meio do *Committee on the Status of Women*⁷, busca realizar avaliações constantes da situação das mulheres que atuam nesta área e propor ações de combate às práticas discriminatórias. Convém também mencionar a iniciativa de criação da *The Society for the Study of Women Philosophers* (SSWP), em 1987. Trata-se de uma sociedade constituinte da APA dedicada à valorização das obras femininas ao cânon de filosofia e à promoção da participação das mulheres na disciplina, também organizada em países como Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, Austrália, Canadá – além do *Collegium of black women philosophers*. E, ainda, no último material da UNESCO sobre o ensino de filosofia no mundo, *Philosophy a school of Freedom* (2007), podemos encontrar indicações explícitas e proposições para considerar e pensar soluções ao problema da disparidade entre mulheres e homens na filosofia.

Francesca Gargallo (2006) descreve as histórias de resistência de implantação da perspectiva feminista e das questões de gênero no âmbito das universidades argentinas e de como isso suscitou a organização das mulheres filósofas daquele país, por meio da *Asociación Argentina de Mujeres en Filosofía* (AAMEF), criada em 1987. Com a publicação da revista *Hiparquia* (1988-1999)⁸, tornou-se referência, na medida em que se concretizou, por uma década, como importante meio de divulgação das ideias filosóficas produzidas por mulheres, em intercâmbio permanente com as discussões mais contemporâneas sobre as questões de

⁶Disponível em <<https://aap.org.au/Womeninphilosophy>>

⁷ Disponível em <<http://www.apaonlinecsw.org/home>>

⁸Disponível em <<http://www.hiparquia.fahce.unlp.edu.ar/>>

gênero. Contribuiu, assim, para a formação de um corpus teórico na área de filosofia com potencial ainda ativo para incrementar e estimular discussões e pesquisas sobre a relação entre a filosofia e as mulheres. Maria Femenías acrescenta que aquela produção filosófica, perpassada pela perspectiva de gênero, ajudou a promover na Argentina uma condição profissional das mulheres na filosofia (FEMENÍAS, 2014, p. 375), colaborando também para a reconfiguração dos congressos de filosofia naquele país.

No Brasil, o enfrentamento das desigualdades de gênero neste campo ainda esbarra na dificuldade de reconhecimento de que a filosofia é produzida, historicamente e cotidianamente, por meio de categorias generificadas. (CASTRO, 2014). Ainda assim, iniciativas importantes vêm sendo construídas. Entre elas, destacamos a criação do GT Filosofia e Gênero da ANPOF⁹, em 2016, o qual tem ajudado a reunir pesquisadoras de diferentes universidades e de diversas áreas da filosofia no Brasil, estimulado a produção e divulgação de pesquisas com a temática feminista e de escritas filosóficas de mulheres, colaborando, assim, para a reivindicação da sua legitimidade acadêmica. Entre outras múltiplas ações acontecendo por todo território nacional, cabe destacar também a criação da Rede Brasileira de Mulheres filósofas, em 2019¹⁰. Trata-se de um coletivo de profissionais da área de filosofia engajadas em estimular, fomentar e dar suporte para o desenvolvimento de pesquisas filosóficas feministas e a visibilização dos trabalhos de autoria feminina na história da filosofia.

No Brasil, tomamos como referência para esse trabalho dois estudos realizados por Ana Míriam Wuensch. O primeiro, intitulado “Acerca da existência de pensadoras no Brasil e na América Latina” (2015). Seu propósito aqui foi buscar a história de mulheres pensadoras no Brasil e na América Latina, excluídas do cânone tanto em função do gênero, assim como da localização geográfica. A pesquisa pelas pensadoras brasileiras e latino-americanas foi realizada em obras de referência, como em antologias de textos, dicionários e obras sobre a produção filosófica local em diversos períodos. No outro trabalho, chamado “O que Christine de Pizan nos faz pensar” (2013), ela compartilha as experiências, as ideias e desdobramentos

⁹ Recentemente foi também criado na ANPOF o GT Mulheres na História da Filosofia, agregando esforços à construção de novos caminhos para a relação entre as mulheres e a filosofia. Uma das mais importantes entradas das questões de gênero nas pesquisas acadêmicas brasileiras foi a criação dos grupos de pesquisa que trabalham esta perspectiva, assim como das Associações Acadêmicas. Entre estas últimas, o primeiro GT criado com este enfoque foi na ANPOCS (Ciências Sociais) em 1979, que teve papel preponderante para o desenvolvimento destas questões nas universidades do Brasil e do qual logo se seguiram iniciativas na ANPED (Educação), ABA (Antropologia), ABEP (Estudos Populacionais), ANPUH (História), ABRALIC (Literatura Comparada), ABET (trabalho), ABRAPSO (Psicologia Social), ANPOLL (Letras e Literatura), (COSTA E SADENBERG, 1994).

¹⁰ O site da Rede disponibiliza a divulgação de vários grupos de trabalho e projetos de pesquisa sobre temas pertinentes à filosofia feminista e à relação entre as mulheres e a filosofia, espalhados por diversas instituições brasileiras. Disponível em: <<https://www.filosofas.org/projetos>>.

de uma disciplina de graduação ministrada na Universidade de Brasília, cuja temática central era a pensadora medieval. Com este texto, ela coloca em xeque as crenças comuns da inviabilidade de uma “existência pensante” para as mulheres, sobretudo no Medievo (WUENSCH, 2013).

Pela via das pesquisas empíricas sobre a profissionalização das mulheres na área da filosofia, cabe ressaltar a existência de inúmeros trabalhos no exterior, como Sally Haslanger (2008), Eric Schwitzgebel and Carolyn Dicey Jennings, (2016) Molly Paxton, Carrie Figdor, And Valerie Tiberius, (2012) e artigo de Tânia Lombrozo intitulado *Name Five Women In Philosophy. Bet You Can't* (2013).

No Brasil, o trabalho pioneiro de Carolina Araújo sobre a presença das mulheres na Pós-graduação em filosofia, deu maior visibilidade à enorme desproporção entre mulheres e homens, entre docentes e discentes, em programas de Pós-graduação em universidades brasileiras das quatro regiões do país. Seu estudo apresenta um mapeamento que ajuda a evidenciar a existência de entraves à progressão na carreira acadêmica para as mulheres, na medida em que, entre a base da graduação e o topo da carreira, há uma queda de 48% na presença de mulheres. Esta discussão também é feita por Marta Nunes da Costa em “Feminismo é Humanismo” (2016) que, além de mostrar a desproporção entre mulheres e homens na atividade filosófica, procura também discutir as motivações desta ocorrência.

No horizonte destas problematizações, realizamos um pequeno estudo no Mestrado em Metafísica da Universidade de Brasília com o objetivo de encontrar algumas pistas a respeito da incidência da perspectiva de gênero no ensino de filosofia na graduação. A intenção foi investigar se a formação universitária em filosofia, sobretudo a formação de professores de filosofia, repercute de alguma maneira as discussões que se desenvolvem no meio acadêmico, pelo menos há quatro décadas, sobre as condições de desigualdade que sustentam as relações entre mulheres e homens nos mais diferentes aspectos da vida social. Assim, partindo da ideia de que as teorias de gênero como concebemos hoje, têm informado, e sido informadas, por algumas mudanças na configuração cultural, social e ética das sociedades contemporâneas, e que se desenvolveram ao longo do tempo em articulação com vários saberes, inclusive da tradição filosófica, nos perguntamos: o que é apresentado aos estudantes de filosofia sobre estas questões? E ainda, diante da proliferação de trabalhos de recuperação da memória das mulheres, inclusive no campo da produção de saberes, quanto o ensino de filosofia tem incorporado sobre a produção das mulheres pensadoras para a sua história?

Na tentativa de responder a estas questões, foi realizado um levantamento de planos de

cursos de disciplinas de filosofia ministradas em 15 universidades públicas brasileiras no primeiro semestre de 2017, predominantemente. Levantamos dados que ajudassem a compreender se a atividade de ensino e produção filosófica nas universidades se desenvolve atenta às implicações de gênero sobre seu campo profissional, com estratégias de reflexão e visibilização das produções filosóficas elaboradas por mulheres.

Materiais e métodos

Para este estudo, foi realizada coleta de dados de caráter documental com associação de aspectos quantitativos e qualitativos. Trata-se de levantamento de informações, cujas fontes são os programas de disciplinas dos cursos de Filosofia. A partir da categorização que faz Triviños (2009), pareceu mais adequado associar ao tratamento quantificador dos dados, um modelo que permitisse criar aberturas para sua interpretação e representação no delineamento de alguns aspectos da realidade de ensino de filosofia na graduação que nos interessava.

Segundo dados do ENADE 2017, a maioria dos cursos de filosofia do país inscritos nesse exame eram ofertados pela rede pública de ensino superior. A soma das redes estadual e federal representaram 52,8% dos cursos de licenciatura e 52,2% dos cursos de bacharelado, e também, a maioria dos alunos inscritos: 59,5% de licenciatura e 57,3 do bacharelado. Ainda de acordo com o ENADE, a região Sudeste e a Nordeste concentravam a maioria dos alunos de filosofia inscritos, enquanto as regiões Centro-Oeste e Norte concentravam o menor número. Nesse contexto, formam os objetos de análise deste estudo, os programas de ensino dos cursos de graduação em filosofia de 15(quinze) universidades públicas brasileiras, treze delas federais e duas estaduais, de maneira a oferecer uma pequena amostra de cada região do país: UFPA, UFAM da região Norte; UFC, UFPE, UFS, UFBA da região Nordeste; UFSC, UFPR, UFRGS da região Sul; USP, UFMG, UFF, UNICAMP do Sudeste e UNB, UFG, do Centro-Oeste.

Os programas de ensino das disciplinas, ou ementas, contém a estruturação das metodologias e os conteúdos a serem ministrados, consonante com os objetivos a serem alcançados pelo componente curricular no contexto do seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia. A elaboração desses programas, embora sigam a matriz curricular do curso, ficam também a cargo dos docentes, que têm a prerrogativa para decidir qual conteúdo ou abordagem privilegiar, assim como quais recursos e bibliografias utilizar. (MASETTO, 2012, p.33). Os pressupostos que norteiam estas escolhas são vários e vão desde a adequação à proposta curricular do curso, o tipo de conhecimento de

que o docente dispõe até as concepções e posturas diante da área em que atua. Assim, podemos afirmar que os programas dos cursos refletem não apenas as exigências institucionais, mas, também, concepções e posicionamentos teóricos, ao mesmo tempo em que endossam e informam as expectativas de aprendizagens acerca de uma área do conhecimento.

Desta forma, estes programas podem ajudar a visualizar a relevância dada a problemas e teorias, assim como de quem produz essas teorias, ainda que exista a possibilidade de que algumas informações disponibilizadas nas ementas não reproduzam fielmente a prática em sala de aula. Da mesma forma, a bibliografia contida no programa tem o papel de determinar quais obras e títulos são necessários para a formação do estudante. Estes programas e bibliografias podem nos revelar a relevância que os cursos dão à produção filosófica feita por mulheres - sejam elas pensadoras da tradição, especialistas em áreas específicas ou comentadoras da história da filosofia. Podem também sugerir o estado de permeabilidade destes cursos às teorias de gênero, que se disseminaram nas universidades brasileiras mais intensamente desde a década de 80. Este estudo pode colaborar para a avaliação, proposta por Costa e Sardenberg (1994), sobre o avanço e limitações dos estudos de gênero na academia, quanto à maneira como estas questões vêm sendo incorporadas nos currículos, pois, segundo elas:

(...) é importante avaliar qual a extensão e o grau de disseminação dos desenvolvimentos no campo dos estudos sobre mulheres e relações de gênero, no que se refere à sua incorporação nos programas curriculares e oferta de disciplinas, tanto nos cursos da graduação quanto da pós-graduação. (COSTA e SARDENBERG, 1994, p.39).

Os dados coletados podem dar pistas sobre a incorporação da perspectiva de gênero no ensino e pesquisa de conhecimento filosófico nestas instituições. Ainda assim, não podem ser concebidos como resultados a serem generalizados ou que descrevam exatamente a realidade brasileira. O objetivo é oferecer algumas pistas que podem ser aprofundadas ou ampliadas em projetos e estudos futuros.

No contexto geral dos cursos analisados, entre os professores permanentes atuantes nos departamentos, foi possível verificar uma predominância masculina mínima de 70% no corpo docente. Assim, a presença de docentes do sexo feminino varia entre os menores percentuais, de 13,51% nos cursos da região Nordeste e 17,20% nos da região Sudeste, e o maior percentual nas universidades da região Norte, com 29,41%. Temos ainda 22,41% do corpo docente

formado por mulheres nos departamentos da região Centro-Oeste e de 23,7% na região Sul¹¹.

A coleta de dados foi realizada com o levantamento das ementas e programas de duas formas. Nos sites dos respectivos departamentos ou, quando não disponíveis, junto aos departamentos de filosofia via contato telefônico e e-mail¹². A pesquisa pelo sexo das autoras e autores das bibliografias foi feita nominalmente, utilizando os recursos de busca da internet. Os critérios que orientaram as nossas escolhas dos cursos/instituições foram: a oferta de cursos de licenciatura na rede pública; ementas com prioridade para as disciplinas ofertadas pelos departamentos de filosofia no primeiro semestre de 2017, e a disponibilidade e possibilidade de acesso ao material. Numa visão geral desses cursos, foram considerados neste estudo 383 programas/ementas de disciplinas.

Nosso objetivo foi descobrir pistas sobre o tratamento dado às questões de gênero e à visibilidade feminina na produção filosófica em cursos de formação de filosofia na graduação, no primeiro semestre de 2017, a partir das indicações de suas ementas. Para conseguir os resultados, criamos quatro categorias de análise, e suas respectivas subcategorias, divididas da seguinte maneira:

1. Gênero como objetivo central: pesquisa de quantas disciplinas ofertadas tem como principal objetivo a investigação filosófica de questões de gênero;
2. Pensadoras como objetivo central: pesquisa de quantas disciplinas ofertadas tem como principal objetivo investigar concepções teóricas de pensadoras;
 - 2.1 Pensadoras ou questões de gênero no conteúdo programático: busca por quantas disciplinas trabalham ideias de pensadoras, ou questões de gênero, ainda que de maneira secundária em seu conteúdo programático.
3. Referência bibliográfica com mulheres: busca a quantidade de disciplinas que trazem alguma obra de autoria feminina em seu referencial bibliográfico. Nesta abordagem, as disciplinas foram divididas em três grupos. Procuramos, com estas divisões, identificar a presença ou ausência de referencial feminino na pesquisa, levando em conta as particularidades destas disciplinas, como relevância no currículo e na formação

¹¹Dados coletados a partir das informações disponíveis nos sites dos respectivos departamentos no primeiro semestre de 2017.

¹² Devido à indisponibilidade dos programas específicos do 1 semestre de 2017, foram utilizadas as informações de programas de disciplinas constantes no Projeto Pedagógico do Curso das seguintes universidades: Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Amazonas e Universidade Federal da Bahia. Nesta última, utilizamos também as ementas das disciplinas de Tópicos Especiais ofertadas no referido período, disponibilizadas no site do departamento.

filosófica e metodologia e arcabouço teórico utilizado:

3.1 Disciplinas da tradição filosófica: de histórias da filosofia, de filosofia social, filosofia política, ética, filosofia da arte, da literatura, estética, lógica, epistemologia, teoria do conhecimento, metafísica e outras afins. Também consideramos disciplinas da tradição filosófica aquelas voltadas para o estudo de um tema específico sob a visão de um (a) pensador (a) da tradição;

3.2 Disciplinas da formação pedagógica em filosofia: didática do ensino de filosofia e estágio supervisionado - ofertadas aos estudantes do curso de licenciatura;

3.3 Disciplinas de metodologia da pesquisa em filosofia. Como de leitura de textos filosóficos.

4. Total de referências: quantifica as referências às obras escritas por mulheres, em relação à quantidade geral de referências nas bibliografias utilizadas.

Resultados e discussão

Quanto à primeira categoria - Gênero como objetivo central -o resultado nos indicou que a formação filosófica na perspectiva de gênero se apresenta ainda de maneira incipiente no âmbito da graduação em filosofia, no contexto considerado. Dos 383 programas de disciplinas analisados, apenas duas disciplinas ofertadas propunham-se a discutir questões pertinentes às teorias de gênero ou em referência à filosofia feminista, conforme a tabela 1 logo abaixo.

Tabela1- Gênero como objetivo central da ementa

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Resultado Geral
Disciplinas	0	1	0	0	1	2
Porcentagem	0%	0,76%	0%	0%	1,47%	0,52%
Total de disciplinas	52	131	78	54	68	383

As duas disciplinas eram de Tópicos Especiais. Uma de “Introdução à filosofia feminista de Simone de Beauvoir, Monique Wittig, Judith Butler e Nancy Fraser”, oferecida na UFBA, e a outra intitulada “Afetos, formação e resistência”, ofertada na UnB. A primeira toma como

eixo a análise do conceito de gênero, enquanto categoria primordial para a discussão feminista contemporânea e a segunda trabalha a partir do pensamento tradicional africano, com Sobonfu Somé, e do feminismo negro, com bell hooks, possibilidades para a articulação política neste campo.

O resultado pouco expressivo da incidência das teorias de gênero sobre o fazer e saber em filosofia, em termos institucionais, confirma a percepção de que a filosofia tem sido uma das áreas de pouca incidência dessas questões, embora tenham sido as ciências sociais e humanas a porta de entrada para estes estudos no país (COSTA, 1994; FACINA e SOHIET, 2004; HEILBORN, 1999). Isto não significa que não existam pesquisadoras e pesquisadores, individualmente ou organizados em grupos de pesquisa, envolvidos nesta temática desde há muito tempo. Mas parece haver resistência no âmbito do ensino universitário em assumir estas questões como de relevância, também filosófica. Como argumenta Susana de Castro:

No plano da filosofia, a ferramenta do gênero é mais difícil de ser aplicada, pois os conceitos filosóficos são aparentemente sexualmente neutros por estarem vestidos de uma universalidade estruturante. É aqui que o conceito de gênero deve incidir a fim de nos mostrar que há uma repetição do dualismo estereotipado entre o gênero feminino e masculino por trás da aparente neutralidade sexual destes conceitos filosóficos fundamentais (CASTRO, 2014).

A crença no caráter puramente teórico-conceitual da disciplina pode acabar criando um distanciamento com as questões concretas de vida, vinculadas mais diretamente ao campo social, político, econômico e cultural. Por outro lado, estas questões de ordem prática estão atravessadas por questões de fundo metafísico, epistemológico e político, e por que não também estético, que ajuda a fundamentar a composição social tal qual a concebemos. (TIBURI, 2003).

Apesar dessa negação, questões de gênero já atravessam a história da filosofia desde seu início, expressas em discursos metafísicos, éticos e políticos de pensadores de várias épocas e tradições. “*En suma, la filosofía y sus filósofos no estuvieron ausentes de un debate que consolidó memoria excluyente para las mujeres (Hegel), inferiorización (Schopenhauer, Nietzsche, Kierkegaard), anormalidad (Freud), entre otros.*” (AMORÓS, 1982 apud FEMENÍAS, 2012b, p.15).

As questões e temas privilegiados pela filosofia são aqueles que percorrem sua história, mas não podem ser concebidos como se fossem puros e estanques. O que nomeamos aqui como “questões de gênero” são aquelas que expõem a configuração do campo das relações humanas baseadas na construção da diferença sexual, estruturada por outras diferenças, e traduzidas em

termos de desigualdades em vários aspectos da vida. Uma filosofia nomeadamente “isenta” a estes traços e, portanto, despreocupada com seus efeitos apenas atua como reforço, cega aos pressupostos sexistas que se articulam em muitos de seus próprios sistemas. Por outro lado, são questões de alcance multidisciplinar para as quais a reflexão filosófica contribui e que a partir das quais é também convocada a se repensar. Desta maneira, Femenías (2012b) nos lembra que áreas importantes da filosofia como a epistemologia, filosofia da ciência, ontologia, ética e política têm ampliado seu repertório conceitual e metodológico a partir da inserção de novos problemas e perguntas.

Quanto à segunda categoria, de busca pelas disciplinas cuja ementa principal volta-se ao estudo de filósofas e pensadoras, confirma-se o viés marcadamente androcêntrico da filosofia, que se reproduz na transmissão desta história. Na tabela 2 abaixo, verificamos que apenas três disciplinas se dedicam a trabalhar as concepções e ideias de pensadoras como parte central de suas ementas. Já na busca por questões de gênero e de pensadoras nos conteúdos programáticos, encontramos 16(dezesseis) disciplinas que as incluem em seu programa de ensino.

Tabela 2 – As pensadoras nas ementas das disciplinas

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Resultado Geral
Disciplinas sobre pensadora(s)	0	1	0	0	2	3
Porcentagem	0%	0,76%	0%	0%	2,94%	0,79%
As pensadoras ou questões de gênero no conteúdo programático	0	5	7	3	1	16
Porcentagem	0%	3,05%	9,45%	5,5%	1,47%	4,17%
Total de disciplinas	52	131	78	54	68	383

Das três disciplinas dedicadas a explorar as ideias de pensadoras como objetivo principal, duas são as mesmas que se concentram em refletir temas a partir de uma perspectiva da filosofia feminista “**Simone de Beauvoir, Monique Wittig, Judith Butler e Nancy Fraser**”, na UFBA e “**Sobonfu Somé e bell hooks**”, na UnB - já mencionadas na categoria anterior. A outra disciplina, também de Tópicos especiais, intitulada “**Ética em Hannah**

Arendt”, foi ofertada na UFG e concentra-se em discutir o tema da moralidade e da política a partir das concepções da filósofa sobre a relação entre pensamento, reflexão e ética no mundo contemporâneo.

Quanto às disciplinas que contam em seu conteúdo programático com as ideias das pensadoras, encontramos: uma de Teoria do Conhecimento na UFBA, que menciona **Linda Zagzebski**, uma de “Filosofia Política na UnB, que inclui **Hannah Arendt**; duas disciplinas na UFSC, uma de Filosofia Política, que inclui **Nancy Fraser e Azmanova** e outra de Ética Global, que inclui o tema **do aborto e da discriminação de gênero**; uma disciplina na UFRGS, de Lógica, que inclui **Dorothy Edginton**; na USP, temos 5 disciplinas: de História de Filosofia Contemporânea sobre Heidegger, que inclui **Hannah Arendt**, de Teoria das Ciências Humanas que inclui **Nancy Fraser e Judith Butler**, de Ética e Filosofia Política sobre Maquiavel, que inclui **Hannah Arendt**, de Epistemologia das Ciências Humanas, que inclui **Melanie Klein** e de História da Filosofia Moderna sobre Spinoza que inclui **Marilena Chauí**; encontramos também uma disciplina na UFMG sobre Literatura Grega, que inclui **Safo**; uma na UNICAMP de Ética, que inclui **Hannah Arendt**; uma na UFC de Teoria do Poder, que inclui **Hannah Arendt** e três disciplinas na UFPE: uma de Filosofia da Práxis sobre Habermas, que inclui **Iris Young**, outra de Filosofia Moderna, que traz à discussão o **texto de Stuart Mill — “A sujeição das Mulheres”** e uma de Ética Aplicada, que trata do **Sexismo como uma das questões morais da atualidade**. De outro lado, em seis universidades, não encontramos qualquer disciplina que fizesse menção às mulheres pensadoras ou questões de gênero, ao menos na exposição de seus programas no semestre que levantamos os dados.

Estes dados desenham um cenário, a partir do qual podemos fazer algumas considerações. São mencionadas 14 pensadoras, entre elas, apenas duas pensadoras negras (uma estadunidense e uma burquinense) e uma brasileira. Três delas são citadas em mais de um programa: Hannah Arendt, que aparece 6 vezes, Nancy Fraser em 3 programas, e Judith Butler é utilizada em dois programas. Isto também reforça a ideia de que o número de mulheres com algum prestígio acadêmico na área se reduz a pouquíssimos nomes. Hannah Arendt é a mulher da tradição filosófica que aparece mais vezes também nas bibliografias. Ela se destaca pela sua produção, em diálogo com o contexto político do século XX e com a tradição da filosofia. É uma das poucas com prestígio filosófico e, mesmo assim, não é lembrada na maioria dos cursos de filosofia política.

As marcas do gênero se mostram também, mais uma vez, entrecruzadas por outras marcas como de raça e nacionalidade. Se as disciplinas filosóficas dificilmente incorporam o

saber produzido por mulheres, as pensadoras negras, africanas e brasileiras, por exemplo, parecem ter ainda mais dificuldade em compor o cenário da filosofia acadêmica. Para George Yance, mesmo dando incontestáveis contribuições no campo teórico e conceitual da filosofia, as filósofas negras precisam ainda lidar com o peso das imagens sexistas e racistas que recaem sobre elas. (YANCE, 2008, p.156). A mulher negra carrega uma dupla “rejeição” muito presente na história da filosofia: o sexismo e o racismo.

A explicitação desta situação, embora experimentada cotidianamente, perturba a imagem consolidada de que o campo profissional da filosofia seja guiado por uma razão pura, impermeável a “contaminações” dos tipos sexistas ou racistas. (YANCE, 2008, p. 156). A crítica de George Yance se refere ao modo “neutro” como alguns dos próprios profissionais da filosofia concebem sua prática diária, sem problematiza-la. Por isso defende que a discussão sobre esta ausência é necessária e colabora para o reencontro de um fazer filosófico situado no mundo dos valores e das práticas sociais.

A invisibilização da produção intelectual feminina, especialmente negra, igualmente representa ausência de modelos, de referenciais e coloca sempre sobre suspeita a intelectualidade destes grupos, como defende Yance (2008). Em sua tentativa de compreender este fenômeno de exclusão, considera a presença de expectativas implícitas sobre o modo de falar, de escrever e de ser de um filósofo nem sempre conciliáveis com as expectativas a respeito das mulheres, menos ainda das mulheres negras. A análise da questão sugere, portanto, a existência de estereótipos de gênero e raça como um dos responsáveis por grande parte da exclusão epistêmica, não apenas nas universidades, mas igualmente, nos espaços de maior expressão de poder, como aponta também Haslanger (2008).

Ainda assim, mesmo como experiências minoritárias nos departamentos de filosofia, há um potencial extremamente provocador nessas ocorrências. É que o conhecimento da existência de disciplinas que trazem as ideias das mulheres à sala de aula perturba o senso comum de uma imagem monolítica e inquebrantável sobre quais sujeitos, e ao mesmo tempo, a partir de quais valores opera o filosofar. O que se procura argumentar é que a visibilidade destas mulheres interroga, ao mesmo tempo, o significado desta ausência. Também lança desconfiança sobre a tradição da negação, incitando a pergunta em saber: se elas existem, por que não conhecemos as mulheres pensadoras? Ou, seguindo o questionamento de bell hooks, por que estudantes de filosofia não conhecem as intelectuais negras? E, acrescentamos, por que também não conhecemos uma história do pensamento que inclua as pensadoras latinas ou brasileiras? Estas “Personas femininas (...) com as quais pudéssemos dialogar, desde o presente, rumo ao passado

multicultural que nos constitui nestas longitudes e latitudes.” (WUENSCH, p.115). Isso nos permitiria incluir na discussão a interrogação sobre os “não lugares” geográficos e étnico-raciais também, pois “dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca, toda cultura atua para negar às mulheres a oportunidade a seguir uma vida da mente e torna o domínio intelectual um lugar interdito”. (HOOKS, 1995, p. 468).

Para entender o sentido destes resultados, é significativo discorrer sobre o modo como o ensino de filosofia apresenta e discute problemas e temas consagrados pela tradição, algumas vezes, em diálogo com os problemas contemporâneos. Para isto, são mobilizados conceitos e teorias, que se articulam fundamentalmente pela figura do “filósofo”. Em seu sentido original, é o amigo da sabedoria e o sujeito central de um sistema composto essencialmente de ideias. Portanto, é de fundamental importância para o campo filosófico o sujeito que produz filosofia: seja produzindo espanto, dúvida, ideia ou conceito.

A pergunta que se coloca é: a mulher pode ser amiga da sabedoria? Tal representa o primeiro significado impresso no fazer filosófico, em sua relação com o sujeito da filosofia, uma relação “amorosa”, não no sentido comum de amor erótico (e por que não?), mas de amor *philia*, amor de amigo. Deleuze e Guattari nos dizem, nas primeiras linhas de seu percurso investigativo em “O que é a Filosofia?” (2007) que o conceito de amigo implicado no conceito de filosofia “testemunha a favor de uma origem grega da filosofia” (2007, p. 10). Poderíamos dizer também uma origem androcêntrica? O status de amigo pressupunha a condição de igualdade e de liberdade entre os quais tais laços eram legitimados. Mas o próprio sujeito da filosofia não seria ele também construído a partir de critérios contingentes atrelados à trama filosófica? Como esse viés se articula nas escrituras, especialmente das filósofas, na história do pensamento? E como elas mesmas posicionaram-se como sujeitos do conhecimento? Estas são perguntas que pairam em torno da naturalização da ausência das pensadoras nas narrativas históricas da Filosofia.

Assim, a dificuldade em assumir a mulher como ser pensante e protagonista na história pode decorrer da sua exclusão das categorias que definiram a essência da moral e da racionalidade ocidentais, naturalizadas pelo discurso universalista do humanismo na filosofia. Assim refere-se Elizabeth Grosz à produção desse conhecimento:

(...) se a subjetividade não pode ser moldada de acordo com os ideais universalistas do humanismo, se não há conceito do ‘humano’ que inclua todos os sujeitos sem violência, perda ou resíduo, então toda a vida cultural, incluindo a formação e avaliação dos próprios saberes, deve ser questionada tendo em vista a especificidade sexual (e cultural) de suas posições. Os

saberes, como todas as outras formas de produção social, são pelo menos parcialmente efeitos do posicionamento sexualizado de seus produtores e usuários; os saberes devem eles próprios serem reconhecidos como sexualmente determinados, limitados e finitos. (GROSZ, 2000, p. 79).

Mas existem esforços no sentido de conceber a filosofia em dinâmica com experiências diversas, que considera gênero, raça e regionalidades, como atestam as disciplinas mencionadas anteriormente, assim como outras tantas que não participaram deste estudo. Uma dessas experiências foi relatada no texto “O que Christine de Pizan nos faz pensar” (WUENSCH, 2013). Ana Míriam Wuensch desenvolveu a temática sobre Christine de Pizan em 2012, 2013 e 2017, por meio da disciplina Ideias Filosóficas em Forma Literária, que é oferecida regularmente pelo departamento de filosofia da UnB. O seu perfil permite o compartilhamento de interesses filosóficos menos ortodoxos e que dialoga mais com os interesses de pesquisa dos docentes que a ministram. (WUENSCH, 2013). Foi este aspecto flexível da disciplina que a permitiu “pensar, com os estudantes, o que este texto pode sugerir para uma reflexão filosófica que considere a existência de autoras em sua história, num duplo entendimento, contextual e extemporâneo de Christine de Pizan.” (WUENSCH, 2013, p. 2). Assim, a existência de uma disciplina que traz à tona as ideias de uma mulher do medievo acerca das condições da mulher, as quais extrapolam seu tempo, imprime “perplexidades” (WUENSCH, 2013) que incitam nossa reflexão sobre o que julgamos já certo sobre os sujeitos, objetos, métodos, e formas de expressão do filosofar. Fora da rigidez como muitas vezes se organiza o currículo em torno de cânones, ela facilita a assimilação de outros personagens, outras vozes, outras paisagens, forjados fora da arquitetura hegemônica da história oficial.

Outro aspecto revelado pelos dados colhidos diz respeito as áreas em que a apresentação das mulheres pensadoras em sala de aula é mais recorrente. Sua maior visibilidade nos programas concentra-se em disciplinas de filosofia social, ética e política, onde as questões de ordem prática estão um pouco mais evidentes. De fato, é um resultado próximo ao que o estudo de Schwitzgebel e Jennings demonstrou acerca da divulgação de conhecimento filosófico anglofônico¹³. Em suas pesquisas sobre a publicação por mulheres em periódicos e jornais acadêmicos do *mainstream* filosófico, eles encontraram uma enorme disparidade de gênero, que confirma que, embora o envolvimento das mulheres com a filosofia tenha crescido a partir

¹³O estudo concentra-se na investigação da filosofia produzida em língua inglesa principalmente nos Estados Unidos, mas trazem também em menor parte, sobre Canadá, Reino Unido e Austrália. Os dados foram coletados junto a publicações e citações em jornais acadêmicos de alto reconhecimento, relatórios de departamentos, convites para apresentação da Associação americana de filosofia e na Enciclopédia de filosofia de Stanford. (SCHWITZGEBEL e JENNINGS, 2016, p.4).

dos anos 70, o crescimento da visibilidade da produção feminina nas correntes principais da filosofia tem crescido muito lentamente, e, em alguns casos, não há melhora desde 1990. (SCHWITZGEBEL e JENNINGS, 2016).

Outra conclusão da pesquisa realizada por eles, é que a prevalência da divulgação da produção filosófica de mulheres tem se concentrado mais nas áreas de filosofia social, ética e política. Eles sugerem que há certos valores que orientam esta seletividade. Muitas pesquisadoras que se envolvem com as questões de gênero acabam sendo estigmatizadas, restringindo sua identidade intelectual ao campo de discussão do feminismo, aproximando-o mais das discussões éticas e políticas. (SCHWITZGEBEL e JENNINGS, 2016). Apesar disso, importantes pensadoras que agregam a perspectiva de gênero em suas pesquisas, são das mais diversas áreas filosóficas, além da ética e filosofia política: como lógica, filosofia da linguagem, epistemologia, metafísica, estética etc.

Outro aspecto sobre nosso levantamento pode ser visualizado na tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Disciplinas que trazem obras de autoras em suas bibliografias

Disciplinas	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Resultado Geral
Tradição filosófica	9	46	22	18	22	117
Porcentagem	28, 12%	38,9%	34, 37%	39,13%	37,93%	36,79%
Total	32	118	64	46	58	318
Formação pedagógica em filosofia	5	9	4	2	6	26
Porcentagem	50%	100%	100%	66,6%	100%	81,25 %
Total	10	9	4	3	6	32
Metodologia em filosofia	1	1	0	2	0	4
Porcentagem	14,28%	25%	0%	40%	0%	17,39%
Total	7	4	5	5	2	23
Com mulheres na bibliografia	15	56	26	22	28	147
Porcentagem	36,53	41,98%	35,61%	40,74%	42,64%	39,41%
Total	49	131	73	54	66	373 ¹⁴

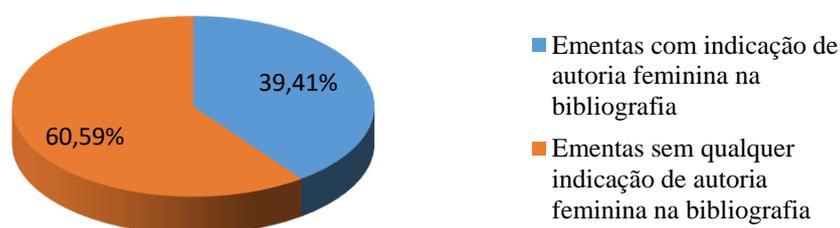
A tabela acima representa a categoria de análise referente às disciplinas que apresentam as mulheres filósofas, pesquisadoras, intelectuais, especialistas, comentadoras e autoras em

¹⁴ Não foram consideradas neste cálculo as ementas sem bibliografia.

geral nas bibliografias dos seus programas. Para esta análise, conforme já informado, trabalhamos com a divisão entre disciplinas da tradição, de formação pedagógica e de metodologias. Se tomarmos apenas as disciplinas da tradição filosófica, com peso muito maior na formação geral, o número de disciplinas que indicam ao menos uma obra de autoria feminina foi de 117 em um total de 318. Por outro lado, entre as disciplinas da área de formação pedagógica, a maioria - 81,25% - apresenta obras de autoras em suas bibliografias.

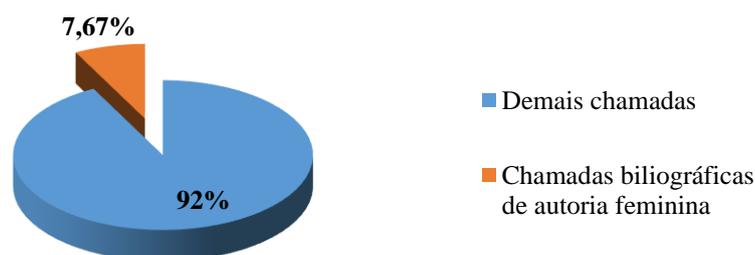
Como destacado no gráfico 1 abaixo, tomadas total das ementas, constatamos que mais da metade dos programas dos cursos analisados não trazem sequer uma referência de obra de autoria feminina em suas bibliografias. Significa que mais da metade dos programas analisados tem uma bibliografia integralmente composta por obras de autores homens.

Gráfico 1: Visibilidade da autoria feminina nas bibliografias



E por fim, tomando a quarta categoria, em que se soma todas as referências bibliográficas encontradas em todos os programas de ensino analisados, obteve-se um total de 5564. Destas, 427 são referências de obras de autoras. Isso representa 7,67% de todas as referências utilizadas nas aulas de formação filosófica, como indicado no gráfico a seguir.

Gráfico 2: Total de Chamadas Bibliográficas



Este resultado é muito próximo do que acontece também na Georgia State University, onde foi conduzida uma pesquisa com 700 estudantes dos cursos de introdução de filosofia por Eddy Nahmias. Este estudo foi divulgado por Tânia Lombrozo (2013) no texto intitulado “Name Five Women In Philosophy. Bet You Can’t”¹⁵. Baseado em relato de experiência, os estudantes falavam sobre suas opiniões e expectativas com o curso. O resultado mostrou uma grande diferença entre as percepções de homens e mulheres, assim como entre negros e brancos. Elas, e os estudantes negros, eram os que menos se sentiam estimulados em prosseguir os estudos em filosofia. Entre diversas razões apresentadas, aparece a ausência de questões pertinentes a sua realidade social. No levantamento sobre bibliografia, a autora do artigo relata uma predominância de 89% de títulos de homens sobre títulos de mulheres entre as obras de referência do curso.

Importante também notar em nosso estudo que, nos cursos observados, estas disciplinas de formação para o ensino de filosofia são ministradas pelos mesmos professores e professoras dos departamentos de filosofia. O que nos leva a sugerir que se trata de um problema circular de repertório intelectual. Nas áreas de formação e educação, existe uma presença maior de mulheres, que produzem e que conseguem divulgar suas pesquisas. Além disso, estas produções ganham visibilidade sem tantos entraves, o que permite aos seus trabalhos comporem um campo de referência.

Por outro lado, o que temos na área da filosofia é uma quantidade menor de mulheres, sobretudo na pós-graduação. (ARAÚJO, 2016). Entre as mulheres que produzem nesta área, a divulgação tem sido dificultada por um imaginário que normatiza a sua invisibilidade - como foi o caso aqui dos programas de disciplinas e bibliografias de referência dos cursos.

Parece haver um processo circular, que se deve, em parte, à escassa repercussão dos trabalhos filosóficos produzidos por mulheres. Com poucas menções e recomendações de obras de autoras como referencial teórico para os estudos em filosofia, muitas pesquisadoras e pesquisadores, professoras e professores formados neste ambiente, serão menos hábeis a orientar, oferecer e recomendar estes estudos. Recria-se, assim, o mesmo ciclo de formação e de formadores alheios a uma parte da história do pensamento, aos mecanismos de exclusão das mulheres atuando no próprio fazer filosófico, aos problemas relativos à condição de opressão das mulheres na sociedade que ora se constrói.

No texto intitulado “*On Not Teaching the History of Philosophy*” (1989), Mary Waithe

¹⁵ Disponível em <https://www.npr.org/sections/13.7/2013/06/17/192523112/name-ten-women-in-philosophy-bet-you-can-t>

argumenta em favor de um ensino da história da filosofia que inclua as mulheres. Não se trata de abordar a história das mulheres filósofas como uma outra história à parte da história da filosofia, mas de inseri-la como parte de um diálogo entre ideias, temas e perspectivas que se aproximam em certos aspectos e se afastam em outros, como é próprio do filosofar. O que é importante nesta proposta é provocar e instigar nos estudantes de filosofia a busca por mais conhecimento e informações sobre as pensadoras esquecidas, inclusive sobre as condições e formas que propiciaram este esquecimento, consolidando as referências para a pesquisa neste campo (WAITHE, 1989).

Para George Yance (2007), atua na filosofia uma voz dominante que ele denomina de “Voz do Oráculo”, que é a voz que se auto determina a manter as fronteiras da filosofia bem definidas, estabelecendo quem e o que está dentro ou está fora. Define uma identidade estreita e fixa que luta contra a heterogeneidade filosófica a fim de lhe assegurar alguma pureza. Para ele, parte do esforço em garantir uma voz plural para a filosofia está em seu ensino pela via do diálogo entre filosofias plurais, pelo qual é possível reconhecer a própria voz apenas como uma possibilidade dentre outras. Sua proposta consiste em promover a abertura das fronteiras da filosofia pela via do diálogo entre a tradição e outras experiências de pensamento. Assim, torna-se possível reconhecer outras agendas filosóficas, estruturadas por diferentes experiências e contextos existenciais.

Mas, não apenas as pensadoras do passado foram esquecidas, como também reproduzimos as condições propícias para o apagamento das pensadoras do presente. É contra este impulso ao esquecimento que poderemos consolidar as referências para os estudos de obras de mulheres. Cabe, portanto, para os que já não podem negar sua existência, comprometer-se em conhecê-la e divulgá-la no mesmo contexto em que a filosofia se estabeleceu como saber, crítica e questionamento. Talvez a tradição pela qual foi moldada a natureza da disciplina filosófica exerça um grande peso sobre as condições de sua produção e divulgação ainda nos dias atuais, o que nos encerra em um processo reprodutivo que precisa ser alterado.

As relações entre a tradição filosófica e as mulheres carregam muitas dificuldades ainda hoje. Sob a ótica das mulheres que fazem filosofia, sobretudo nas instituições de pesquisa e ensino, a incidência dessas desigualdades e distorções deve nos levar a reconsiderar a forma de conceber essa tradição. Mas, enquanto professoras e professores de filosofia, como relatamos essa história? Se tomarmos o pressuposto de que toda escolha implica em renúncias, a que realmente estamos renunciando quando traçamos nosso trajeto pelos clássicos da filosofia? E quais são as renúncias mais sistemáticas que reproduzimos por meio de uma narrativa que não

problematiza os traços de gênero ou de raça na história que privilegiamos? Existem motivos mais profundos que explicam a existência de uma tradição que repercute ainda nas experiências intelectuais, profissionais e pessoais de mulheres, feministas ou não, (e que estão articulados a raça, etnia, lugar geográfico) que precisam ser considerados.

Conclusão

A suspeita que se lança sobre a seletividade da memória filosófica implica no questionamento dos critérios a partir dos quais se define quais os sujeitos e valores são ao mesmo tempo invocados, reproduzidos ou destituídos de lugar nestas seleções. No entanto, não é nosso objetivo expor a questão como um problema meramente individual, do profissional docente, ainda que sua disposição faça alguma diferença. Os resultados relatam operações muito mais complexas, que nos envolve mesmo quando estamos justamente discutindo a hegemonia do cânone filosófico. O que é solicitada é a atenção e o cuidado crítico constantes para construção dos caminhos para o trabalho filosófico.

O estudo fornece pistas para que a filosofia que se produz na universidade possa se ver e se pensar com mais frequência. Espera-se contribuir para o reconhecimento da situação exposta como um problema de relevância atual, que possa desencadear outras iniciativas, além das que temos visto nos últimos anos. Mas principalmente, desejamos que possa mobilizar outras práticas e escolhas epistemológicas e pedagógicas. Sob a perspectiva de gênero, novos temas são incorporados à prática filosófica, mas também novas epistemologias e metodologias. A emergência das questões de gênero pode favorecer o vigor para novos procedimentos e estratégias no espaço escolar. É necessário de vez em quando escapar da ortodoxia como muitas vezes é concebida a prática pedagógica, e também filosófica, a qual pode acabar apenas reproduzindo uma prática sedimentada, autoritária e conservadora que muito mais inibe a produção do saber do que a estimula.

Em virtude de nossas próprias dificuldades e limitações, nosso objeto se restringiu a 15 cursos, com preferência às disciplinas ofertadas no primeiro semestre de 2017. Seria interessante expandir este campo para outros períodos letivos bem como outras universidades, de modo que se evidencie com mais precisão o desenvolvimento destas questões nas práticas de ensino de filosofia. É possível ainda, inserir outras variáveis e trabalhar com outros objetos, como acompanhamento de publicações, organização e participação em eventos etc. Pode-se realizar também estudos mais localizados e específicos a uma única instituição de ensino como

estratégia para avaliar o desenvolvimento destas questões ao longo de todo um curso.

Outro aspecto importante a ser destacado em pesquisas futuras é a visualização dos projetos pioneiros, da trajetória de trabalhos coletivos ou individuais sobre gênero e filosofia e de busca pelas mulheres que produzem saberes, inclusive incidindo na prática filosófica brasileira, em articulação com outras áreas do saber como artes, literatura e ciências sociais, por exemplo. Estes são elementos fundamentais para consolidação de um campo crítico de referências para os estudos e o ensino da filosofia no Brasil.

Referências

ARAÚJO, Carolina. **Mulheres na Pós-Graduação em Filosofia no Brasil** - 2015. Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia, 2016. Disponível em: http://anpof.org/portal/images/Documentos/ARAUJOCarolina_Artigo_2016.pdf Acesso em: 20 fevereiro 2017

BARRETO, Andreia. A mulher no ensino superior: Distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, v. 3, n. 6, p. 3-46, 2014.

BEEBEE, Helen; SAUL, Jenny. **Women in Philosophy in the UK**. BPA e SWIP. UK. 2011. Disponível em <<http://www.bpa.ac.uk/resources/women-in-philosophy/wip-committee>> Acesso em 02/04/2017.

BLAY, Eva. A. Núcleos de estudos da mulher X Academia. In: BRASIL, P. D. R. S. E. D. P. **Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas** – 2005, 2006. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

BRASIL. **Enade 2017: Exame nacional de desempenho dos estudantes: relatório síntese de área**. MEC, INEP. Brasília. 2018. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2017/Filosofia.pdf> Acessado em 10 de julho de 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. **Censo da Educação Superior. 2017**. Documento eletrônico. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-ultimo/file> Acessado em 10 de julho de 2020.

CASTRO, Susana de. **Filosofia e gênero**. 7Letras, 2014.

COSTA, Marta Nunes da. Feminismo é humanismo. **etic@**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 110-125, julho 2016.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e Praxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. especial, 2ºsem 1994.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Editora 34, 2007.

FACINA, Adriana; SOHIET, Rachel. Gênero e Memória: Algumas reflexões. **Revista Gênero:**

Niterói, v.5, n.1, p.9-19. 2004.

FEMENÍAS, Maria Luisa. Introducción: cuestiones preliminares. In: SPADARO, María Cristina. **Enseñar Filosofía, hoy**. 1ª. ed. [S.l.]: Edulp, 2012a. p. 19-48.

_____. El ideal del saber sin supuestos y los límites del hacer filosófico. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 7-31, 1º sem 2012b.

_____. MORA: la memoria de las revistas académicas. In: FUNCK, S. B.; MINELLA, L. S.; ASSIS, G. D. O. **Linguagens e narrativas**. Tubarão: Copiart, v. 1(Desafios feministas), 2014.

GARGALLO, Francesca. **Ideas feministas latinoamericanas**. 2. ed. México: Universidad de la ciudad de México, 2006.

GOUCHA, Moufida (Ed.). **Philosophy, a School of Freedom: Teaching Philosophy and Learning to Philosophize: Status and Prospects**. Unesco, 2007.

GROSZ, Elizabeth. Corpos Reconfigurados. **Cadernos Pagu**, n. 14, p. 45-86, 2000.

HASLANGER, Sally. Changing the ideology and the Culture of Philosophy: Not by Reason(Alone). **Hypathia**, v. 23, n. 2, p. 210-223, 2008.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil - 1975-1995. In: MICELI, S. (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999. p. 183-221.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 1995.

LOMBROZO, Tania. Name five women in philosophy. Bet you can't. 2013. Disponível em <<https://www.npr.org/sections/13.7/2013/06/17/192523112/name-ten-women-in-philosophy-bet-you-can-t>> Acesso em 04/2017.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. Summus editorial, 2012.

PAXTON, Molly; FIGDOR, Carrie; TIBERIUS, Valerie. Quantifying the gender gap: An empirical study of the underrepresentation of women in philosophy. **Hypatia**, v. 27, n. 4, p. 949-957, 2012.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: Algumas implicações para diferentes grupos de cor e sexo. In: MARCONDES, M. M., et al. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. p. 35-52.

SCHWITZGEBEL, Eric; JENNINGS, Carolyn Dicey. Women in Philosophy: Quantitative Analyses of Specialization, Prevalence, Visibility, and Generational Change. In: **Women in Philosophy**, 2016. Disponível em : <<http://www.apaonlinecs.w.org/data-on-women-in-philosophy>> Acesso em 04/2017.

TIBURI, Marcia. As mulheres e a filosofia como ciência do esquecimento. In. **Com Ciência**, Campinas, dez.2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

WAITHE, Mary Ellen. On Not Teaching the History of Philosophy. **Hypatia**, Indiana, USA, v. 4, n. 1, p. 132-138, 1989.

WUENSCH, Ana Míriam. O que Christine de Pizan nos faz pensar. **Revista Graphos**, v. 15, n. 1, 2013.

_____. Acerca da existência de pensadoras no Brasil e na América Latina. **Problemata**, v. 6, n. 1, p. 113-150, 2015.

YANCE, George. Introduction: No Philosophical Oracle Voices. In: YANCE, G. **Philosophy in Multiple Voices**. Maryland: Rowman and Littlefield Publishers, 2007.

_____. Situated Black Women's Voices in/on the profession of Philosophy. **Hipatia**, v.23, n.2, 2008.